



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A CONSTRUÇÃO DA MULHER FEMININA: DA ABNEGAÇÃO ÀS POSSIBILIDADES DE SUBVERSÃO

THE CONSTRUCTION OF THE FEMININE WOMAN: FROM SELF-ABNEGATION TO POSSIBILITIES OF SUBVERSION

Camila Barreto Cavalcante¹

Juliana Farias Santos²

Dinamara Garcia Feldens³

RESUMO

Este artigo busca apontar algumas considerações para pensar a construção da mulher feminina nos discursos que atravessaram a história. Remexer com instituições socialmente construídas (família, maternidade) pode ser uma das formas de estremecer as estruturas, desnaturalizar o imposto, pensar de formas outras a construção da mulher que foi ao longo dos anos ligada a ideia do cuidado, enclausurada ao lar e abnegada de si para a dedicação ao outro (prole, marido). Para tanto buscamos pensar junto a autoras como Beauvoir (2019), Lerner (2029), Friedan (1971) como esses discursos foram se movimentando e atravessando gerações de mulheres até nossos dias.

Palavras-chave: Mulher Feminina. Discursos. Maternidade. Atravessamentos.

ABSTRACT

This article seeks to point out some considerations to think about the construction of the feminine woman in the discourses that have passed through history. Messing with socially constructed institutions (family, motherhood) can be one of the ways of shaking the structures, denaturalizing the tax, thinking in other ways about the construction of women who have been, over the years, linked to the idea of care, confined to the home and selfless of self for dedication to the other (offspring, husband). To this end, we seek to think together with authors such as

¹ Mestra em Educação, Universidade Federal de Sergipe, psicologa.camilabarreto@gmail.com

² Mestra em Educação, Universidade Federal de Sergipe, juliana22fsantos1@gmail.com

³ Doutora em Educação, Universidade Federal de Sergipe, dinag.feldens@gmail.com



Beauvoir (2019), Lerner (2029), Friedan (1971) about how these discourses have been moving and crossing generations of women until our days.

Keywords: Feminine Woman. Speeches. Motherhood. Crossings.

1. INTRODUÇÃO

Pensar a construção da “mulher feminina” exige revisitar discursos, instituições e práticas que, ao longo da história, produziram modos específicos de existir enquanto mulher. A figura da esposa dedicada, da mãe abnegada e da dona de casa zelosa não emerge como um dado natural, mas como efeito de processos históricos, culturais, religiosos, econômicos e políticos que atribuíram ao corpo feminino determinadas funções sociais, vinculando-o ao cuidado, à domesticidade e à renúncia de si. Assim, a feminilidade foi sendo moldada por discursos que naturalizaram o lugar da mulher no espaço privado, confinando-a ao lar e responsabilizando-a pela manutenção da família, pela educação dos filhos e pela sustentação afetiva da vida cotidiana.

Nesse percurso, o patriarcado constituiu-se como importante tecnologia de poder, produzindo formas de subjetivação femininas atravessadas pela submissão, pela dependência econômica e pelo apagamento dos próprios desejos. Conforme aponta Simone de Beauvoir (2019), a mulher foi historicamente construída como o “Outro”, tendo sua existência organizada em função das necessidades masculinas. Em diálogo com Gerda Lerner (2019), compreende-se que o paternalismo operou mediante contratos simbólicos e materiais que garantiram aos homens o controle sobre os corpos femininos, ao mesmo tempo em que ofereciam proteção e sustento econômico. Já Betty Friedan (1971) evidencia como a idealização da dona de casa feliz e realizada colaborou para fortalecer a mística feminina e consolidar a associação entre feminilidade, maternidade e domesticidade.

Ao discutir tais atravessamentos, este artigo busca problematizar a construção histórica da mulher feminina, especialmente no que se refere aos discursos que naturalizaram a maternidade e o cuidado como destino biológico e moral da mulher. Parte-se da compreensão de que instituições socialmente construídas, como a família e a maternidade, funcionam como dispositivos que organizam papéis de gênero e produzem subjetividades alinhadas aos interesses patriarcais e capitalistas. Nesse sentido, investigar a formação da “boa mãe”, da esposa ideal e da dona de casa disciplinada torna-se fundamental para compreender como determinadas formas de feminilidade foram legitimadas socialmente enquanto outras foram marginalizadas, silenciadas ou consideradas desviantes.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentada



em autoras feministas e críticas que discutem as relações entre patriarcado, maternidade, gênero e trabalho feminino. O estudo articula contribuições de Beauvoir (2019), Lerner (2019), Friedan (1971), Federici (2017), Badinter (1985), Saffioti (2013), entre outras, buscando construir uma análise não linear da produção histórica da feminilidade. Além disso, o texto aproxima discussões contemporâneas sobre maternagens dissidentes, experiências homoafetivas e movimentos de resistência que tensionam os modelos hegemônicos de ser mulher e de matinar.

Desse modo, o artigo propõe refletir sobre os processos de naturalização da feminilidade e sobre as possibilidades de subversão que emergem quando mulheres passam a questionar os lugares historicamente impostos aos seus corpos e existências. Ao tensionar discursos cristalizados sobre maternidade, casamento, cuidado e domesticidade, busca-se abrir espaço para outros modos de existir, produzir afetos e construir subjetividades que escapem às normativas patriarcais. Mais do que apresentar respostas fechadas, este trabalho pretende provocar estranhamentos, fissuras e deslocamentos frente às verdades historicamente produzidas sobre o “ser mulher”.

2. ESPAÇO DE CONFINAMENTO: O LAR

Estando no papel de esposa e dona de casa, a mulher sente-se no direito de exercer parte das suas aprendizagens (cozinhar, lavar, cuidar dos filhos, administrar a casa). Ela passa a ser a “alma” da casa, da família, do lar. Enclausurada no espaço doméstico, as possibilidades de atuar fora deste ambiente foram conquistadas não sem lutas, não de forma rápida, nem de forma pacífica. Lutas, manifestações, confrontos, reivindicações, insurgências foram emergindo em diferentes momentos históricos que colaboraram para que a mulher fosse conseguindo romper as barreiras que a trancafiaram no lar.

Revisitaremos alguns discursos históricos (não de forma linear, nem cronológica) para falarmos um pouco sobre a “mulher feminina”: esposa, dona de casa, mãe de família, para assim buscarmos sentidos no que diz respeito à mulher que este trabalho pretende delinear.

Beauvoir (2019) afirma que foi no regime patriarcal que o homem tornou-se o “senhor” da mulher, e que as mesmas qualidades que amedrontam nos animais ou nos elementos considerados indomados tornaram-se qualidades preciosas para o proprietário que a soubesse domesticar. Sendo domesticada sob medos e imposições advindas do homem, a mulher se encontra em um espaço que foi sendo construído para que esta permanecesse dócil, limitada, controlada e de maneira muito significativa, se sentisse útil. “É como esposa que a mulher



inicialmente se descobre no patriarcado. [...] A mulher é a presa do esposo, sua propriedade” (Beauvoir, 2019, p. 214).

O patriarcado enquanto sistema, envolveu e é envolvido por projetos de dominação e exclusão dos não favorecidos (mulheres, negros, pobre, demais sexualidades, povos originários), gerando a submissão e a invisibilização desses indivíduos por meio dos discursos de naturalizações que a estes são impostos. Dentre estes discursos enquadram-se as figuras da mãe de família, esposa, do povo escravizado, das sexualidades desviantes⁴, do povo invadido em sua cultura e em seu próprio território.

Neste sentido, iremos caminhar a respeito de como o espaço do lar foi sendo naturalizado como espaço feminino, local que a mulher feminina podia existir, ao menos enquanto esposa, mãe e dona de casa. Beauvoir (2019, p. 127) aponta que na “Grécia antiga exigia-se da mulher que ela fosse uma dona de casa atenta, prudente, econômica, trabalhadeira como abelha, uma intendente modelar”. Modelo de administração, dedicada, esforçada, moderada, cautelosa, atenciosa foram algumas exigências que atravessaram vários momentos históricos e se perpetuaram através dos séculos. Quando falamos em dona de casa, qual/ quais imagem/ imagens nos vem à cabeça? O modelo pensado sofre muitas alterações se colocarmos nos dias atuais?

Federici (2017, p. 205) aponta que no final do século XVII surgiu um novo modelo de feminilidade: “a mulher e esposa ideal — passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas”. Apontaremos mais algumas considerações sobre esse modelo de mulher pautado no projeto patriarcal que tanto se construiu, se constituiu e se materializou em algumas sociedades através de discursos produzidos e circulantes.

Andando de mãos dadas com o patriarcado, temos o paternalismo⁵ que requer a mulher dentro do lar, “define-a como sentimento, interioridade e imanência”, (Beauvoir, 2019, p. 331). Nesses termos define-se como essência feminina a aptidão natural da mulher para os cuidados e zelo com a casa, com o marido e com os filhos. Sobre o paternalismo, Gerda Lerner (2019, p. 297) aponta que “a base do paternalismo é um contrato de troca não escrito: sustento econômico e proteção oferecidos pelo homem pela subordinação em todos os campos, serviço sexual e trabalho doméstico não remunerado oferecido pela mulher”.

⁴ Chamaremos “sexualidades desviantes” as formas de sexualidade que fogem à norma do padrão heterossexual imposto pela lógica patriarcal.

⁵ O paternalismo consiste em um sistema de relações baseadas na autoridade do pai ou do chefe. O Excesso dessa autoridade é assumido como forma de suposta proteção.



Este “contrato não escrito” foi sendo implantado, sem negociações e aceito, por vezes sem resistência, para a mulher que foi sendo educada desde pequena para exercer a função de esposa, função esta atrelada de atribuições. A forte disseminação com que essas demandas foram sendo impostas à mulher é um fator que permite ser chamado atenção. Os discursos que circularam a respeito dos deveres da boa esposa e mãe, foram produzindo de forma eficiente a ideia do que estas figuram sejam.

Como estamos falando em paternalismo, a dependência econômica da mulher acentuava ainda mais os discursos sobre o poder de dominação do marido sobre ela, a este respeito Lerner (2019, p. 297) afirma que “na sociedade de classes, é difícil para as pessoas que têm algum poder – ainda que limitado e circunscrito – enxergarem a si mesmas também como desfavorecidas e subordinadas”.

Com o advento da Revolução Industrial, a partir do século XVIII, foi perceptível a grande massa de mulheres atuando no espaço fabril. A subvalorização das mulheres aconteceu por meio de mitos justificativos, gerados por discursos opressores, que buscavam afirmar uma supremacia masculina, além do processo em que a mulher é “progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção” (Saffioti, 2013, p. 65-66).

Federici (2017) aponta que no século XVIII, a mulher passou a ser retratada como ser passiva, assexuada, mais obediente e moral que os homens, sendo essa capaz de exercer uma influência positiva sobre eles. Foi nesta época que surgiram também os artefatos de beleza e de maquiagem, ter a pele branquíssima, mesmo utilizando óxido de chumbo (extremadamente tóxico), significava para as mulheres da época, assemelharem-se à imagem da Virgem Maria da Idade Média. Pele do rosto branca significava pureza, sem manchas ou cicatrizes, escondendo na maquiagem, todas as marcas que constituiriam esta mulher.

Primeiro enquanto filha e depois enquanto esposa, a mulher vai passando a vida mudando de representações masculinas que lhe atribuem papéis, a sociedade patriarcal torna o homem “responsável pela conduta da mulher, na qualidade de pai, irmão ou esposo. [...] Mas é muito importante também obrigar a mulher a representar exatamente o papel que lhe atribui a sociedade” (Beauvoir, 2019, p. 258). Interessa muito ao patriarcado que a mulher aceite e execute plenamente o que foi decidido, pelos homens, para ela fazer ou ser.

A respeito do poder de escolher um bom marido, Lerner (2019) aponta que era uma escolha racional, escolher protetores fortes para si mesma e seus filhos, principalmente quando esta não tinha nenhum poder público e dependia economicamente do pai. Um casamento



pautado em bases consideradas sólidas (financeiramente) permitia que a mulher tivesse uma estabilidade para criar os filhos e se manter.

Se o século XIX consolida a noção de sexualidade, a sua regulamentação deve-se mais ao cochicho do confessional, à olhada pedagógica e sua psiquiatrização sistemática. A mulher verá crescer sua identidade em discursos que ela não formulou, caminhará com a palavra emprestada, como uma estrangeira. Definindo-se em uma linguagem feita por outros, vivendo em um espaço desenhado por outros, em uma trama de razões que outros pensaram (Colling, 2014, p. 15).

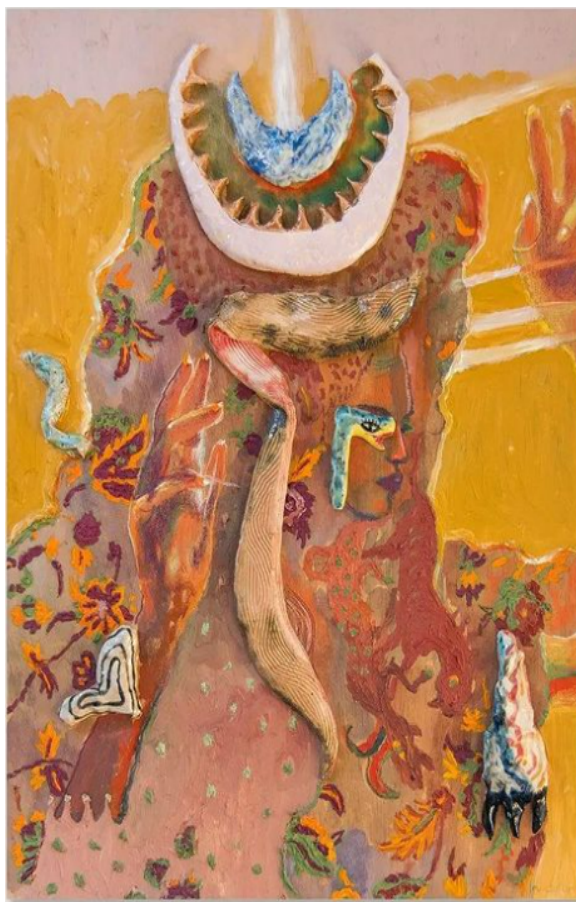
A alienação que a mulher foi sendo submetida, provoca a ilusão de estar estabilizada financeiramente, não considerando que o poder econômico está sob posse e controle do marido, provedor do lar. Tornando a esposa dependente não só do seu dinheiro, mas do seu poder, do seu controle. “A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas” (Lerner, 2019, p. 298).

Como mais uma construção social, o casamento era visto como a verdadeira ocupação para uma mulher, isto era reforçado com a ideia de que esta era incapaz de sobreviver sozinha, gerando uma sujeição ao marido, que assumiria todas as despesas com a casa e com os filhos, afinal, ele poderia sair para trabalhar nos espaços públicos, espaços ainda não permitido à mulher, a não ser em eventos religiosos e cultos, casamentos e enterros, era assim que a presença da mulher se manifestava em ambientes fora do lar.

Mas, proibida de penetrar no mundo masculino, conseguiria a mulher ser uma pessoa? Impedida de ser ela mesma, absorvera finalmente uma imagem de dependência tão passiva que passara a desejar que o homem tomasse todas as decisões, inclusive em casa (Friedan, 1971, p. 46).

As imagens da dona de casa, enquanto dependentes, foram emergindo à medida que esta adentrava e apossava-se do âmbito doméstico como seu próprio espaço, distanciando-se cada vez mais do âmbito público. Lerner (2019) aponta que algumas mulheres escreveram em metáforas elevando o espaço doméstico confinado, fazendo com que ele sirva, simbolicamente, como o mundo. Na mesma direção Friedan (1971) cita que em muitos discursos era disseminado que: desde que a mulher estivesse cumprindo bem essa tarefa de criatividade e organização, deveriam escrever com orgulho: «Ocupação: dona de casa».

Ilustração 1: Tudo que ela carrega



Fonte: https://www.instagram.com/p/CqdBRuau3qJ/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRIODBiNWFIZA==

A obra de arte de Alexandra Levasseur, uma pintura a óleo, guache e cerâmica vitrificada sobre madeira, traz uma reflexão a respeito do controle sobre o corpo para assim defender crenças e posições políticas, fazendo uma crítica ao abuso de poder que está intimamente relacionado ao modo como a terra é tomada e deteriorada pelo homem. Desse modo, é possível associar ao assunto abordado até aqui, o que essa mulher carrega como dever?

Friedan (1971) aponta que na segunda metade do século XX, o mundo das mulheres estava confinado aos seus próprios corpos e beleza, ao fascínio a exercer sobre os homens, à procriação, ao cuidado físico do marido, das crianças e do lar. A autora pesquisou as revistas femininas da época que reforçaram ainda mais tais confinamentos. Os textos presentes em tais revistas eram escritos em sua maioria por homens, que utilizavam codinomes de mulheres para serem mais bem aceitos pelo público.

A mulher além de ser responsabilizada pelo cuidado com os trabalhos domésticos, ainda era encarregada de produzir e garantir o desenvolvimento dos filhos, estes eram para a sociedade capitalista, uma futura fonte de exploração. Assim, a mulher que trabalha fora do



âmbito doméstico, além de dedicar horas ao mercado de trabalho e às atividades domésticas, ela ainda carrega consigo o dever de garantir o futuro do cidadão, ou seja, o dever de educar os filhos de forma que eles sejam, futuramente, inseridos como força de trabalho no sistema produtivo.

Federici (2017) vai apontando que o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, e acrescenta que mesmo quando feito fora de casa era pago um valor menor em comparação ao trabalho masculino. A autora ainda acrescenta que a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada a sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar. Profissões que sempre estiveram ligadas ao cuidado (este como parte da composição de feminilidade) a exemplo de enfermeiras, pedagogas, assistentes, babás, compõem também o quadro de profissões que foram desvalorizadas por remeterem a essa ideia de cuidado, sendo este parte da dita natureza feminina.

Constituindo um modelo histórico de gênero, temos a desvalorização do trabalho feminino, seja este realizado dentro do lar ou dentro do mercado de trabalho. Essa desvalorização do trabalho feminino faz com que a própria mulher se desvalorizasse, assujeitando-se e se acomodando. As tarefas de esposa, trabalhadora, dona de casa e mãe somam-se a sobrecarga de tarefas “femininas”, gerando cada vez mais uma redução do seu tempo livre para participar de mobilizações e movências que pudessem lhe interessar.

«O lugar da mulher é em casa» não podia mais ser dito em tom pejorativo, segundo Friedan (1971). Trazendo a nova mística à tona em meados do século XX, a autora aborda que lavar pratos, mudar fraldas precisavam ser glorificados por uma nova mística, esta seria a própria finalidade da vida dessa mulher, a fim de ocultar o fato evidente de que mal chegava a ser o começo. Assim, dizia-se que qualquer trabalho feito por uma mulher em sua casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado.

Pensando junto à Federici (2017), haviam mulheres que trabalhavam fora de casa, a exemplo das prostitutas e das que trabalhavam nas fábricas. A autora aponta que “podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão da mulher do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho” (Federici, 2017, p.188). A produção que a autora cita, diz respeito à produção de filhos. O discurso sobre a função reprodutiva da mulher foi ganhando força e reforçando sua vocação: ser mãe. Assim, os discursos da mulher enquanto cuidadora, trabalhadora que não precisa de remuneração, quando realiza tarefas domésticas, produtora da vida, tendo nascido para ser mãe e maternar se naturalizam..



Beauvoir (2019) aponta que a Igreja⁶ serve ao patriarcado disseminando a ideia que a mulher deve permanecer anexada ao homem (filha, esposa, mãe). Nas palavras da autora é fazendo-a “escrava dócil que ela se torna também santa abençoada”. O modelo de mãe que a igreja católica dissemina é pautado na mulher que se abnega, realiza sacrifícios, se anula, se resguarda, dissipa seus desejos, para viver em prol dos filhos. Esse modelo de mulher compôs o imaginário social, até os dias atuais os discursos se perpetuam.

As atribuições que vem atreladas em tais discursos (cuidado, culpa, abnegação, sacrifícios, anulamento), demandam da mulher maneiras de existir, através de processos/modos que produzem suas subjetividades, passando a compor sua vida, modelando seu existir nessa figura de mãe, formada para viver para a prole.

3. A FORMAÇÃO DA BOA MÃE

Falar da boa mãe requer que voltemos à história, somente após 1770, ocorreu uma mudança social em relação aos cuidados das crianças. Pois, em meados do século XVIII, a mulher tinha pouco contato com seus filhos, cuidados pelas amas⁷ de leite e depois encaminhados para os internatos com o objetivo de estudar e ficar por lá um bom tempo (Badinter, 1995). Apresentando-se assim, como mais um papel socialmente construído por discursos que sustentaram e fizeram circular, moldando e dando forma à figura da mulher mãe.

Nas camadas abastadas, o cuidado com a criança apoiou-se na difusão da medicina doméstica enquanto conjunto de técnicas que permitiram às classes burguesas retirar seus filhos da “influência negativa” dos serviçais, colocando-os sob o domínio dos pais – introduzindo, portanto, na família, uma “economia do corpo”, na qual a disciplina, através da vigilância e minucioso controle, ter-se-ia mostrado essencial (Moura; Araújo, 2004, p. 47).

A mudança de comportamento nessa relação mãe e filhos, ocorreu por alguns interesses (capitalistas), os quais visavam as crianças como um valor econômico. Lembrando que nesse período enfrentavam uma alta mortalidade delas, o discurso filosófico de igualdade e felicidade passou a ser empregado e defendido, “tirando” a autoridade do pai - ser esse que disputava espaços com os filhos para ter a dedicação, exclusiva, da mulher, optava por manter as crianças distantes - porém, por objetivos outros de controle social, começa-se então a era do amor materno.

Articulando-se aos interesses econômicos do Estado, um outro discurso proferido por médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia reforçava a necessidade de a mulher ocupar-se com os filhos. Tal discurso baseava-se, principalmente, no argumento

⁶ Entendemos que a autora esteja fazendo referência à Igreja Católica.

⁷ As mulheres pretas escravizadas e obrigadas a cuidarem dos filhos das mulheres brancas.



de que essa seria a forma “natural” de cuidados com a criança e, por isso, a mais adequada; uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, seriam, pois, concernentes apenas à “natureza feminina” a educação e os cuidados com a prole (Moura; Araújo, 2004, p. 46).

As pregações e narrativas de que uma família amorosa vive com todos os seus membros no mesmo espaço foram gerando movimentos na sociedade. Foi orquestrado um espaço “privilegiado” à mulher, atribuindo a ela mais uma responsabilidade, o êxito da operação. “Vai e povoa a nação” - disseram eles. Assim, ela seguiu e obedeceu, não mais deixando seus filhos sob os cuidados de outras, passou a amamentar a própria cria, a dedicar todo o seu tempo e cuidado. Cabe enfatizar que a ideia do cuidado é uma disposição moral imposta pela sociedade para a mulher, reforçado no fazer diário. Assim, o cuidado não é uma condição feminina ou parte da sua “essência”. É imposto “[...] à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo e engendram o mito que continuará vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho” (Badinter, 1985, p. 144).

Posto isso, a mulher assumiu esse papel com prontidão, o que lhe deu uma posição social diferente, literalmente, carregada de pesos e cobranças - sem direito à trocados. Ela renunciou a si mesma, ficando mais no espaço do lar, sendo encarregada da educação dos filhos e aceitando todos os sacrifícios para ser a “boa mãe”. Se antes a mulher era associada à Eva, a mulher pecadora, má, agora ela é associada à “virgem maria”, percebendo assim a influência da igreja católica sobre esse movimento.

Para a manutenção da família, inspirada no modelo burguês, a mulher passa a ter uma importância no seio familiar: os cuidados com os filhos seriam de sua inteira responsabilidade. Esse discurso foi reforçado por médicos que atribuíram à mulher (mãe) a responsabilidade pela vida e saúde da prole e dos futuros cidadãos do Estado. Mesmo que sacrificasse seu tempo, lazer e prazeres, a mulher deveria se sentir feliz e agraciada se fosse imposto a ela o título de “mãe”, validando o destino primeiro.

Desse modo, a mulher educada e prendada, necessitou estudar os “bons modos”, praticar o silêncio, o chorar baixinho, a fazedora de rotinas e tarefas domésticas. Além daquela premiada por conseguir fazer a educação de qualidade da prole, aquele que se perdesse do ninho, era por culpa da mãe que não soube educar. Salientando que esse é o modelo cristão, a Maria de Cristo, a filha obediente, nascida sem a mancha do pecado, pois ela não contrariou os pedidos e as ordens do pai, soube chorar diante da morte do filho.

De acordo com Moura e Araújo (2004), não só as responsabilidades aumentaram, como também, o apagamento, o sacrifício, a abnegação. Cresceu também a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, que novamente surgiram no discurso médico e filosófico como inerentes à natureza da mulher. Sendo esse primeiro,



reforçado e construído na ideia de higienização, provocava naquela mulher mais um fardo produzido pela culpa, tirando-lhe o direito de negar o amamentar.

No Brasil, assim como na Europa, o desenvolvimento da organização e dos sentimentos presentes na família moderna, incluindo aqueles relacionados à maternidade e aos cuidados maternos, foi marcado pelas intensas modificações ocorridas pela ascensão burguesa no final do século XVIII (Moura; Araújo, 2004, p. 48).

O movimento higienista, assim liderado pela burguesia, marcou a sociedade, trazendo comportamentos outros na sociedade da época. Além disso, a valorização dos cuidados maternos fez com que a vigilância operasse sobre a criança, a mulher e a família, seguindo essa, por todo século XIX, adaptando-se ao modelo de família burguesa européia (com o auxílio dos médicos higienistas, adquiriu um “colorido tropical”) (Moura; Araújo, 2004).

Percorrer essa linha do tempo desperta e inquieta, de onde vem, o que antecede e faz nascer essa “boa mãe”? Como algumas mulheres são mais “sensíveis” às novas solicitações, outras foram seduzidas pelos reiterados discursos implícitos: “Sedes boas mães, e sereis felizes e respeitadas” (Badinter, 1985, p.47). Segundo Beauvoir (2019, p. 279), “É pela maternidade que a mulher realiza integralmente seu destino fisiológico; é a maternidade sua vocação “natural”. Aquela que resiste e se subverte “escandaliza” - num dizer social e cristão - o dom que lhe foi dado e confiado.

Sentindo o que hoje ecoa e reverbera como modos outros de propagar esses discursos, é possível encontrar em espaços públicos e sociais de comunicação, o movimento de mulheres que decidem movimentar-se de encontro ao instituído de uma maternagem romântica e patriarcal. Como mostra a imagem retirada da página do *instagram* do perfil *@maternidade.afetada*. “Você é tão boazinha, não esperava isso de você”. O que é ser boazinha? Quando a mulher já começa a ouvir esse tipo de falas vinculadas à moral? O que atravessa a vida da mulher e as afetações de tristeza desenvolvendo culpas e medos de não dar conta das suas tarefas e deveres?

Diante do maternar, mais ainda, as comparações para com outras mulheres, aquela que consegue ter “sucesso profissional, pessoal e familiar”, quanto custa? A vida. Desse modo, as redes sociais, são extensões, palco e vias desses atravessamentos, das competitividades provocadas pelos doutrinamentos da maternidade hegemônica. Quem ganha com a rivalidade entre mulheres? As indústrias de cosmético, farmacêutica, obstétrica, são exemplos de espaços e campos que crescem e sobrevivem dessas relações, principalmente, quando o assunto é: mãe-cria.

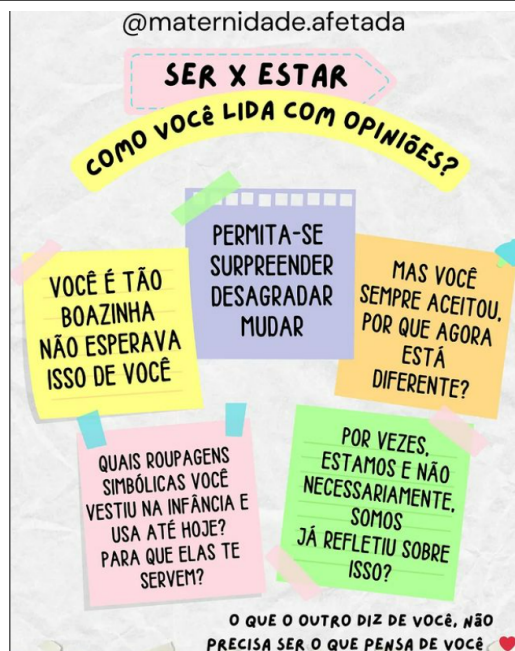


Ilustração 2: Ser X Estar

Fonte: [Maternidade.afetos](https://www.instagram.com/maternidade.afetos) ❤️ (@maternidade.afetada) • Fotos e vídeos do Instagram

4. EXISTIR RESISTINDO: PROCESSOS DE SUBVERSÕES DO MATERNAR

A maternidade hegemônica atravessa a vida da mulher, seja esta mãe, ou mesmo aquelas que não podem/ querem/ desejam maternar. O corpo feminino pautado em discursos biologizantes, que enclausuram a mulher no papel de reprodutora e cuidadora, foram atribuindo formas de ser/ estar mulher. Experimenta habitar este corpo e sinalizar que não tem o desejo de ser mãe. Chuvas de apontamentos, questionamentos, indagações irão pairar. É sobre martelar a naturalização da maternidade, que propomos rachar com a estrutura do imposto (deveres).

“Vaca profana, põe teus cornos pra fora e acima da manada” (Veloso, 1984). Aquela que transborda, transgride e faz movimentos que contradizem a hegemonia, esse corpo convocado pelas suas potências, fazendo rachaduras. O que nos interessa, é a mulher intitulada como profana e julgada pelos modos de maternar que não operam conforme a naturalização.

Esses dias me dei conta do prazer que eu tenho de viver para cuidar da minha família, a diferença é que eu não sou uma dona de casa porque fui obrigada e ensinada a desde cedo a como exercer essa função. Foi algo que eu também demorei para me apropriar, pelo simples fato de não ser uma mulher feminina. O machismo também é presente entre as relações lésbicas e precisamos estar atentas para não cairmos nessa armadilha do sistema. Falar pra vocês se não fosse a minha mulher dentro de casa eu não sei o que seria de mim, eu literalmente não sei bater um prego, sou péssima com a furadeira, a última vez que eu montei um móvel aqui em casa ele ficou torto e horrível rs, na pintura nem se fale, eletricidade, carpintaria tudo isso fica no nome da minha Alessandra. Mesmo que dentro da nossa relação a gente quebre essa ideologia machista, a gente se pega sendo vítimas desse movimento. Quando saímos para algum restaurante e eu sou chamada para pagar a conta, assim como a última empresa de internet que nós cancelamos porque o técnico nunca queria tratar com Alê e sempre só comigo. Sou uma sapatão realizada em ser dona de casa, e mais realizada ainda



por viver com uma lady que faz todo o serviço pesado que eu não faço e nem gosto de fazer e tá tudo bem.⁸

Trazemos a narrativa acima como modo de destacar os movimentos de resistências e de diferença, modos de subverter e existir. A página @maternidadesapatao⁹, de duas mães pretas e homoafetivas, apresenta resistências ao instituído, engendra novos processos de subjetivação que escapam e criam outros possíveis em meio ao maternar delas.

Os criadores que criam conteúdos para as pessoas vão entender o papo de visão que eu passei nesse fio. É uma luta diária está aqui nadando contra a maré do tal algoritmo, as vezes a gente passa um dia editando e pensando em conteúdos para estarem no feed e nos stories, para o nosso perfil existir nessa rede. Em contrapartida, temos uma outra massa que vocês sabem qual é. Essa massa é tranquila, segura e cheia de possibilidades, inclusive com as marcas que pagam mais para essa massa do que para perfis como o nosso, por exemplo. A narrativa e a forma como essa massa é tratada também é muito diferente da nossa, a gente troca ideia com as blogueiras de quebrada e por trás dos bastidores e várias tiração com contratos, notas fiscais e afins. É por isso que eu sou apaixonada pela a comunidade do nosso perfil, a forma em como nos tratam e nos fortalecem é sensacional! Precisamos mais de pessoas do que de algoritmos. Vamos juntas família 🍷¹⁰

Portanto, se perscrutar maternagens subversivas, existindo e resistindo, fugindo e surgindo além das naturezas consagradas, fazendo buracos e abrindo multiplicidades para esses corpos. As categorias e as fronteiras são ampliadas com/ por meio desses fazeres e esse “vir a ser”. Aproximar-se de novas possibilidades de discussões, debates, estudos, trocas, partilhas sobre as diversas configurações de maternidade e maternagem nos proporcionam questionar e fazer ruir o que está instituído como normal/natural. Causar estranheza sobre o “dever ser” pode nos possibilitar um movimento do “vir a ser” que são ampliados por meio de outros fazeres e saberes.

Pausa e contemplação para duas imagens que ilustram o “vir a ser” e a “explosão causada pelo dever ser”, respectivamente:

⁸ Disponível em https://www.instagram.com/p/CuVP9Y5vWgh/?img_index=1 Acesso em 17 de setembro de 2023.

⁹ Mulheres pretas e sapatao, assim é como elas se apresentam em sua página no instagram.

¹⁰ Disponível em <https://www.instagram.com/maternidadesapatao/> Acesso em 17 de setembro de 2023.



Ilustração 3: O vir a Ser

Fonte: [Razão Inadequada • Produção de conteúdo independente sobre Filosofia \(razaoinadequada.com\)](https://razaoinadequada.com/2016/03/08/devir-mulher/) - <https://razaoinadequada.com/2016/03/08/devir-mulher/>



Ilustração 4: A explosão - conhecida como o Devir Imperceptível

Fonte: <https://razaoinadequada.com/2016/05/03/devir-imperceptivel/>

Ela, interdita, sangrou e transpirou gemidos. Foi caminhando pela corda bamba, a corda que lhe amarraram, mas a fera e o caos em movimento, comeu pedaços da corda, soltou-se e não morreu. Fugiu e explodiu. Viu e sentiu a força de existir entre o acontecimento da resistência (Barreto, 2023).¹¹

¹¹Palavras emergidas da autora em momento de escrita, Barreto (2023).



Desse modo, para pensar a construção da mulher feminina nos discursos que atravessaram a história e remexer com instituições socialmente construídas (família, maternidade) pode ser uma das formas de estremecer as estruturas, desnaturalizar o imposto, pensar de formas outras a construção da mulher que foi ao longo dos anos ligada a ideia do cuidado, enclausurada ao lar e abnegada de si para a dedicação ao outro (prole, marido).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomar a construção histórica da mulher feminina permitiu compreender que os discursos sobre maternidade, casamento, cuidado e domesticidade não são naturais, mas produções sociais e históricas que atravessaram gerações, consolidando formas específicas de subjetivação feminina. Ao longo do texto, evidenciou-se como o patriarcado, articulado às instituições religiosas, familiares e capitalistas, operou na fabricação de um ideal de mulher pautado na abnegação, na docilidade e no cuidado irrestrito com o outro. A mulher foi sendo convocada a existir prioritariamente como esposa, mãe e dona de casa, tendo seus desejos, potências e modos próprios de vida frequentemente silenciados em nome de uma feminilidade considerada legítima.

Os discursos analisados demonstram que o espaço doméstico foi naturalizado como território feminino, enquanto a maternidade passou a ser apresentada como destino biológico, moral e afetivo da mulher. Nesse movimento, o cuidado deixou de ser percebido como construção social para tornar-se atributo essencializado da feminilidade. Assim, a responsabilização feminina pela manutenção da família, pela educação dos filhos e pela estabilidade emocional do lar produziu efeitos de culpa, sobrecarga e apagamento subjetivo que permanecem reverberando na contemporaneidade.

Entretanto, ao mesmo tempo em que os discursos normativos buscaram capturar os corpos femininos em modelos hegemônicos de existência, também emergiram resistências, rachaduras e movimentos de subversão. As experiências de maternagens dissidentes, os arranjos familiares não normativos e os modos outros de viver a feminilidade revelam que há múltiplas possibilidades de existir para além das categorias impostas historicamente. Mulheres que recusam a maternidade compulsória, que reinventam os modos de cuidar, que vivem relações homoafetivas ou que deslocam os sentidos tradicionais de família e feminilidade produzem fissuras importantes nas estruturas patriarcais.

Nesse sentido, pensar maternagens subversivas e feminilidades outras é também pensar possibilidades de resistência frente às normativas sociais que insistem em delimitar o que a mulher deve ser. As narrativas apresentadas neste artigo demonstram que questionar o instituído



não significa negar o cuidado ou a maternidade, mas problematizar a obrigatoriedade desses lugares enquanto destino universal feminino. O que se propõe é a ampliação das possibilidades de escolha, existência e produção de subjetividades, reconhecendo que não existe uma única maneira legítima de ser mulher, mãe ou família.

Por fim, considera-se que discutir a construção da mulher feminina é um movimento político e epistemológico fundamental para desnaturalizar violências historicamente legitimadas e produzir novos campos de reflexão sobre gênero, cuidado e subjetividade. Ao estremecer discursos cristalizados, abrem-se caminhos para outros modos de vida, capazes de afirmar a diferença, o desejo e a potência dos corpos femininos em suas múltiplas formas de existir. Assim, mais do que concluir um debate, este trabalho busca contribuir para a continuidade de discussões que permitam tensionar normas, ampliar escutas e fortalecer processos de resistência e criação diante das estruturas que historicamente buscaram limitar a experiência das mulheres.

REFERÊNCIAS

- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: A experiência vivida. 5 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Editora UFGD, 2014.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.
- FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MOURA, S.M.R.; ARAÚJO, M.F. A maternidade na história e a história dos cuidados. **Psicologia, Ciência e Profissão**. Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- VACA profana. Intérprete: GAL COSTA. Compositor: Caetano Veloso. In: PROFANA. Intérprete: GAL COSTA. [S. l.]: SONY MUSIC, 1984.